

GÊNERO, CUIDADO E FAMÍLIAS: TRAMAS E INTERSEÇÕES

GENDER, CARE AND FAMILIES: PLOTS AND INTERSECTIONS

Sabrina Finamori¹

Flávio Ferreira²

RESUMO

Considerando a centralidade que a noção de *relatedness* ou relacionalidade (CARSTEN, 2000 e 2004) têm adquirido em pesquisas contemporâneas que versam sobre família e parentesco, bem como os importantes rendimentos analíticos da noção de *care* (HIRATA; GUIMARÃES, 2012), propomos fazer um balanço sobre as relações entre gênero, cuidado e famílias tendo como linha condutora nossas próprias trajetórias acadêmicas como pesquisadores desses campos de estudos. Argumentamos que a discussão sobre cuidado pode se coadunar aos recentes debates em torno de família/parentesco enquanto relacionalidade, uma vez que traz ao primeiro plano as dimensões dos afetos, das reciprocidades tanto quanto as dimensões de classe, raça, geração e os entrelaçamentos entre família, mercado e Estado.

Palavras-chave: Gênero. Cuidado. Família. Parentesco.

ABSTRACT

Considering the centrality that the notion of *relatedness* or relationality (CARSTEN, 2000, 2004) has acquired in contemporary research which deals with family and

- 1 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professora do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: sabrinafinamori@gmail.com
- 2 Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente, é Diretor Acadêmico e Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN – *campus* Canguaretama. E-mail: flaviorodrigoff@yahoo.com.br

kinship, as well as the important analytical yields of the notion of *care* (HIRATA; GUIMARÃES, 2012), we propose to make a balance on the relations among gender, care and families, having as a guiding line our own academic trajectories as researchers in these fields of study. We argue that the discussion about care may be in line with the recent debates around family/kinship as relatedness, since it brings beforehand the dimensions of affections, reciprocities as well as the conceptions of class, race, generation, and the intertwining among family, market and the idea of State.

Keywords: Gender. Care. Family. Kinship.

PREÂMBULO

O presente dossiê reúne artigos situados na interseção entre os estudos de gênero, cuidado e família, constituídos enquanto campos de pesquisa de fértil rendimento. Propomos, nesta apresentação, fazer um balanço deste debate a partir das nossas trajetórias de pesquisa situadas nesses campos de estudos. Na última década, as discussões de gênero, cuidado e família têm aparecido conjuntamente em pesquisas das mais diversas desenvolvidas no campo das ciências sociais. Se família/parentesco³ e gênero enquanto categorias de análise se entrelaçam, com alguma frequência há pelo menos três décadas, o cuidado como categoria analítica, é relativamente recente nesta trama. Argumentamos que a discussão sobre cuidado pode se coadunar aos recentes debates em torno do parentesco enquanto relacionalidade, uma vez que traz ao primeiro plano as dimensões dos afetos, das reciprocidades tanto quanto as dimensões de classe e os entrelaçamentos entre família, mercado e Estado.

3 Tendo em vista a particularidade da antropologia no que concerne ao acionamento teórico do termo parentesco e a importância da dimensão relacional posta nos debates mais recentes, trazemos os termos família e parentesco em conjunto, a despeito das particularidades internas ao que comumente se chama estudos de família (abarcando uma variedade de áreas disciplinares) e o que se nomina como antropologia do parentesco. Usamos, desse modo, de modo intercambiável os termos família, parentesco ou, ainda, família/parentesco, a depender do contexto.

GÊNERO, FAMÍLIA E PARENTESCO

Tendo entrado na Universidade no início dos anos 2000, a trajetória acadêmica desta autora, Sabrina Finamori, esteve desde o início associada aos estudos de gênero e sexualidade. Enveredando-se, ainda na graduação, por temáticas relativas à reprodução e ao trabalho feminino com a saudosa Bel Baltar da Rocha⁴, jamais deixou de ter, em alguma medida, a questão de gênero como discussão teórica crucial em sua formação acadêmica e nas pesquisas que desenvolveu desde então. O ambiente intelectual no qual realizou toda formação, da graduação ao doutorado, em muito contribuiu para esse direcionamento. Abrigando um dos núcleos de estudos de gênero mais bem estabelecidos do país, o Pagu, a Unicamp oferecia, no início dos anos 2000 (e ainda hoje) um ambiente intelectual em que essas temáticas eram abordadas em inovadoras pesquisas.

No doutorado, com uma pesquisa que centrava-se em analisar o reconhecimento legal de paternidade a partir de fontes e campos diversos (FINAMORI 2012, 2018)⁵, os estudos de família e parentesco tornam-se centrais para seus interesses analíticos bem como as associações entre gênero, família e parentesco, temáticas cujas conexões foram historicamente fundamentais na produção daquele e de outros centros de pesquisa⁶. Mais que isso, tratava-se de uma correlação importante

4 Entre os anos 2001 e 2003, S. Finamori foi bolsista de Iniciação Científica no Nepo – Núcleo de Estudos de População /Unicamp, tendo por orientadora a socióloga Maria Isabel Baltar da Rocha Rodrigues (1947-2008), uma reconhecida feminista com atuação tanto na academia quanto no movimento social em temáticas relativas aos direitos sexual e reprodutivo.

5 A pesquisa de doutorado foi orientada por Heloisa Pontes, defendida na Unicamp em 2012 e publicada em 2018. O financiamento para a realização da pesquisa foi concedido pelo CNPq e pela Fapesp

6 Na Unicamp, em particular, a correlação entre os temas família e gênero foi tão importante que, por muito tempo, nomeou uma das áreas do doutorado em Ciências Sociais. Criada em 1993, a área “Família e Relações de Gênero”, passou, em 2004, a ter a denominação Estudos de Gênero. A reflexão sobre gênero e família continua, ainda hoje, presente, não só no Pagu, mas em outros centros de estudos de gênero do país, gerando vigorosas produções bibliográficas coletivas, ver, por exemplo, Heilborn, Duarte, Peixoto, Lins de Barros, 2005; Corrêa e

para compreensão do próprio campo de estudos de parentesco, uma das espinhas dorsais da antropologia.

Contemporâneo da autora durante o mesmo período de formação em nível de graduação e de pós-graduação, nesse caso com maior parte realizada na UFRN, o segundo autor, Flávio Ferreira, foi introduzido na antropologia, entre outras veredas, através dos estudos clássicos do parentesco. Desde a graduação, os fluxogramas, croquis e genealogias estiveram presentes durante suas pesquisas e publicações, foi nesse período formativo que desenvolveu construções amparadas pelo domínio da genealogia do parentesco, enquanto exercício e atividade de pesquisa indispensável⁷

Submetendo projeto de pesquisa ao reconhecido programa de doutorado em Ciências Sociais da Unicamp, interessado, então, em pesquisar famílias adotivas, contou com valorosa contribuição da professora Mariza Corrêa (*in memória*) ainda durante arguição do projeto no concorrido processo de seleção⁸. E assim, logo acabou enveredando pelos estudos sobre cuidado e famílias atravessado também por uma bibliografia da antropologia do direito, investigando o universo de classe média urbana, onde se situam os chamados grupos de apoio à adoção de crianças⁹. Realizou parte do trabalho de campo em Natal, capital do

Souza, 2006; Grossi e Schwade, 2006; Debert, Gregori e Beraldo de Oliveira, 2008.

7 Entre os anos de 2004 a 2006 F. Ferreira foi bolsista de iniciação científica vinculado à base de pesquisa Cultura Identidade e Representações Sociais – CIRS/DAN/UFRN, tendo como orientadora a antropóloga Julie Cavignac, reconhecida pesquisadora com atuação junto às comunidades étnicas do Rio Grande do Norte. Da graduação ao mestrado, seus temas de interesse estiveram voltados à dimensão da festa como atividade ritualizada a partir de comunidades circunscritas: em uma tradição ligada à religiosidade popular; e em um contexto de afirmação étnica quilombola.

8 Entre os anos de 2011 a 2015, durante o doutoramento em ciências sociais, integrou o grupo de pesquisa: Família, Gênero e Sociedade, liderado pela socióloga Maria Lygia Quartim de Moraes sua orientadora e reconhecida referência na sociologia brasileira. Durante a pesquisa de doutorado, Ferreira (2015) contou com fomento concedido pelo CNPq.

9 A relação de ambos os autores com a Antropologia do Direito tem também se estreitado desde 2015 quando dividiram, pela primeira vez, a coordenação do Grupo de Trabalho “Antropologia, famílias e (i)legalidades”, nas edições IV e V do Encontro Nacional de Antropologia do Direito (2015 e 2017) – ENADIR

Rio Grande do Norte, observando a articulação de um grupo específico com uma rede articulada de outros grupos espalhados por todo o país que contribuem decisivamente para ampliar o debate sobre práticas consideradas ilegais e um campo jurídico-legal da adoção de crianças. Assim, iniciado na antropologia do parentesco, aportou nos estudos de gênero por meio de pesquisa que se voltou centralmente às relações familiares e às construções de laços de parentesco, que teve nas reflexões de Janet Carsten (2000, 2004) sobre relacionalidade uma importante referência.

Tema central à antropologia desde seus primórdios, o parentesco passou por muitas reviravoltas teóricas e metodológicas ao longo de sua história, tendo passado por um período de adormecimento dentro da disciplina. Entre os anos de 1960 e 1980 uma série de reavaliações críticas colocaram em questão, sob uma variedade de perspectivas, o modo como os estudos de parentesco vinham até então sendo conduzidos (LEACH, 1983 [1966]; NEEDHAM, 1971) ou, no limite, o próprio parentesco como categoria analítica (SCHNEIDER, 1984).

Entre os fatores para seu reavivamento estão: as questões abertas pelas novas tecnologias reprodutivas, pelos estudos de gênero e pelos movimentos sociais, que deram crescente visibilidade a famílias gay/lésbicas. A retomada de interesse na antropologia do parentesco, iniciada nos anos 1980, especialmente a partir da crítica feminista anglo-saxônica, foi marcada não por uma divisão entre família *versus* parentesco, baseada na clássica oposição “nós”/“outros” em que o “nós” caberia à antropologia urbana enquanto os “outros” seriam incumbência dos etnólogos, mas, ao contrário, a proposta, desde então, têm sido borrar essa fronteira, em favor de uma interlocução entre estudos focados em populações tradicionais, contextos rurais e urbanos, em diferentes períodos históricos. Neste sentido, há tanto um aprofundamento da problematização dos debates sobre natureza x cultura presentes em ambos os campos como também uma incorporação das críticas feministas aos estudos de família, que partem de uma variedade de campos disciplinares.

realizado na USP.

A socióloga Barrie Thorne (1992), numa revisão publicada no início da década de 1990, mas que guarda ainda atualidade, enumera uma série de pontos nos quais a crítica feminista teria contribuído para mudanças no modo como não só a antropologia, mas também a história, a sociologia, a filosofia e a psicologia têm abordado a família. Entre os pontos fundamentais da crítica feminista, destacam-se a historicização da noção de família, o destaque que passa a ser dado às dimensões de gênero, geração, raça, sexualidade e classe, a resignificação do trabalho do cuidado, a problematização da família como *lócus*, a um só tempo, do afeto e do abuso e, ainda, o importante questionamento acerca da dicotomia público/privado, uma vez que as famílias estariam ligadas à economia, ao Estado e a outras organizações¹⁰.

No caso da antropologia, os debates em torno de família/parentesco a partir do feminismo, centram-se de modo mais pungente no parentesco como campo de estudos historicamente fundamental à disciplina e uma de suas particularidades é tomar como questão principal de debate o dualismo natureza x cultura. Não menos relevante é a influência que o feminismo e, posteriormente, o campo de estudos de gênero tiveram na revitalização do parentesco, trazendo ainda essa temática, tradicionalmente ligada a pesquisas sobre povos indígenas, para contextos urbanos.

O debate sobre gênero e família/parentesco foi especialmente profícuo na produção antropológica anglo-saxônica da década de 1980, momento em que são publicadas coletâneas antropológicas importantes que buscam repensar a teoria clássica de parentesco à luz das discussões de gênero. Entre elas, uma das mais influentes é *Gender and Kinship*, publicada por Collier e Yanagisako, em 1987. A coletânea agrupou alguns dos papers apresentados na Conferência sobre feminismo e teoria do parentesco, realizada em Bellagio, em 1982, reunindo antropólogos interessados em investigar novas perspectivas para o parentesco a partir das investigações feministas e de gênero. O argumento era o de que gênero e parentesco

10 Ver também a apresentação de Claudia Fonseca (2007) ao dossiê “Famílias em Movimento” dos *Cadernos Pagu*.

apenas podiam ser bem compreendidos quando imersos em sistemas culturais, políticos e econômicos particulares. A intenção era também desorientar uma ordem convencional do parentesco (marcada pelo foco em descendência, aliança, casamento) para a partir dessa desorientação emergir um novo senso de direção. Três estratégias foram usadas nessa reformulação: a atenção à organização simbólica do gênero; a dimensão do poder e da desigualdade; as transformações históricas nos sistemas de gênero (TSING; YANAGISAKO, 1983).

Na influente e polêmica introdução à coletânea dos trabalhos, que publicaram em 1987, Collier e Yanagisako (1987, p. 31-32) afirmavam que buscavam, a um só tempo, “revitalizar os estudos de parentesco e situar os estudos de gênero no marco teórico da antropologia”. Retomando assim as discussões sobre gênero da década de 1970, baseadas na distinção sexo/gênero, elas fizeram uma crítica à ideia de que masculinidade e feminilidade seriam categorias naturais baseadas em diferenças biológicas. Para elas, essa afirmação estaria baseada na suposição ocidental de que as diferenças sexuais dizem respeito à reprodução, uma assunção que elas viam como subjacentes às teorias antropológicas de parentesco, que estariam baseadas nas teorias nativas ocidentais sobre a reprodução.

Esta perspectiva crítica ao parentesco era também influenciada pelo trabalho de David Schneider, *American Kinship*, publicado em 1968, que seria altamente influente para a produção teórica, que na década de 1980, retoma a discussão de parentesco a partir das reflexões de gênero. Nela, Schneider (1980 [1968]) demonstra a preocupação em estudar o parentesco enquanto sistema simbólico e analisa o parentesco americano como um sistema cultural. O argumento de Schneider, que seria retomado por essas autoras, era o de que o saber antropológico sobre parentesco teria derivado suas noções culturais das sociedades nas quais os próprios antropólogos se formaram. Assim, embora nas culturas ocidentais, o laço de sangue tenha um lugar central, a questão que ele coloca é se isso ocorreria em todas as culturas. Schneider propõe assim que o parentesco seja tomado, não a partir da noção de universalidade que havia marcado

esse campo de estudos, mas como questão empírica (SCHNEIDER, 1980 [1968]).

Como sugere Moore (1997), essa produção teórica começa por questionar a ideia de que gênero necessariamente tem uma base biológica, mas sua intenção teórica mais ampla era argumentar que isso eventualmente levaria à rejeição de qualquer dicotomia entre sexo e gênero como fatos biológicos e culturais e abriria o caminho para uma análise dos processos simbólicos e sociais pelos quais ambos são construídos, um em relação ao outro.

A suposição de que em toda cultura existe uma oposição bipolar entre natureza e cultura foi teórica e etnograficamente desafiada ao longo dos anos 1980, em muitos outros trabalhos do período. Os artigos da coletânea, *Nature culture and gender*, de Maccormak e Strathern (1980), que antecede à publicação de Collier e Yanagisako (1987), são também exemplares desta perspectiva, fazendo o movimento de questionamento do dualismo natureza *versus* cultura tanto em relação a gênero quanto em relação a parentesco.

Adriana Piscitelli (2006), em instigante revisão sobre o tema, avalia que esses trabalhos buscam sair de análises formalistas que tinham até então marcado a antropologia do parentesco por meio das análises feministas sobre gênero e poder. Há, neste sentido, também um deslocamento do parentesco como construção analítica para questão empírica a partir de reflexões de gênero. Esses textos têm ainda por característica a crítica à universalização de dualismos e a preocupação em contextualizar os pressupostos do pensamento ocidental, uma questão que seria cara ao debate antropológico de modo ampliado.

Muitos artigos da década de 1980, ao discutirem gênero se direcionaram também para a questão de como as pessoas são culturalmente construídas. Neste sentido, as publicações de Marilyn Strathern (1980, 1981, 1987) nas coletâneas desse período e na obra *Gênero da dádiva* (1988) tornaram-se altamente influentes para o debate posterior, tanto no que diz respeito às discussões sobre a noção de pessoa como também para os estudos de gênero e parentesco. Na década de 1990, ao direcionar

suas análises para o parentesco inglês e para o debate sobre tecnologias reprodutivas, a publicação de *After Nature* (1992), foi um impulso importante para toda uma geração que teve como campo de estudos as tecnologias, e em especial, as tecnologias reprodutivas, pensadas no marco conceitual de gênero e parentesco, mas também mobilizando a discussão em torno de propriedade intelectual e das articulações em torno da noção política de escolha¹¹.

Strathern (1992) argumenta que o parentesco tem um significado particular nas ideias euro-americanas porque é pensado como um domínio no qual natureza e cultura estão interconectados. O ponto central do argumento de Strathern é que a natureza não pode ser tomada como um dado na cultura inglesa do final do século XX. Na Inglaterra Thatcheriana, os efeitos do desenvolvimento tecnológico – particularmente das novas tecnologias reprodutivas – e a extensão da escolha do consumidor a domínios nos quais a escolha não tinha sido previamente aplicada, resultaram numa desestabilização da natureza. Como Strathern aponta, a mudança significativa é que o era tomado como natural se torna questão de escolha. Daí decorre que o conhecimento, antes visto como uma “reflexão direta sobre a natureza”, como Schneider colocava, não tem mais essa base na natureza. E, neste sentido, não é apenas a natureza que é desestabilizada, mas também o conhecimento.

Esta perspectiva, exemplificada aqui pelo trabalho de Strathern, está presente especialmente em trabalhos que a partir da década de 1990 pensam o parentesco a partir das críticas feministas à oposição natural/cultural. Dessa perspectiva, o parentesco não é mais interpretado como derivado de um conjunto de fatos genéticos imutáveis, mas pode ser lido como um sistema cultural de conhecimento através do qual práticas biológicas e sociais são constantemente remixadas e refeitas no que é descrito como um híbrido. Conforme Sarah Franklin (2013, p. 286), a

11 No Brasil, a influência de Strathern é marcante para toda uma geração que produziu suas pesquisas de doutoramento entre fins dos anos 1990 e início dos anos 2000, nos campos dos estudos de gênero e/ou família/reprodução. Entre outros, conferir: ALMEIDA, 2001, 2003; COSTA, 2001; RAMÍREZ-GALVEZ, 2003; SOUZA, 2005; LUNA, 2004.

partir desta perspectiva, informada pelos estudos de gênero, a questão do parentesco deixa de ser como o parentesco é “culturalmente construído” sobre uma base naturalizada ou biológica “real”, mas na questão maior de como os modelos de parentesco performatizam formas culturalmente específicas de conhecimento sobre o mundo mais amplo¹².

FAMÍLIA, PARENTESCO E RELACIONALIDADES

Para geração desta autora e deste autor, ambos ligados à antropologia e com formação de base em ciências sociais, este contexto de debate aqui esboçado sobre gênero e família/parentesco é fundamental em seus processos de formação, nos quais essas temáticas sempre estiveram, em alguma medida, correlacionadas.

No início dos anos 2000, além da profusão de uma série de coletâneas sobre o reavivamento do parentesco como temática de estudos, acompanhada inclusive, pela recuperação do próprio termo, deixado de lado em período anteriores¹³, houve também uma mudança no enfoque analítico, posto até então, sobre o binarismo natureza/cultura e que, a partir deste momento, passa a ser reproblematicado e, em alguma medida, suspenso em favor de um olhar para suas interconexões em contextos particulares.

Uma das noções mais influentes desse período para os estudos de família/parentesco, crucial para nossa geração, é a de relacionalidade (ou *relatedness* no original em inglês, CARSTEN, 2000, 2004). Desse modo, se o entrelaçamento entre gênero e parentesco já fazia parte de nossas perspectivas teóricas desde o início de nossas formações, é apenas em

12 Os esforços em se problematizar a dicotomia natureza/cultura no que diz respeito a gênero e parentesco vão muito além do que será possível problematizar aqui. Sobre o debate gênero e parentesco ver, ainda, as ótimas revisões de PISCITELLI, 1998 e FONSECA, 2003.

13 Strathern (2005, p. 167) pontua que o termo parentesco teria se tornado enfim útil, uma vez que remete-se mais às conexões entre pessoas do que a tipos particulares de grupos sociais ou famílias, cobrindo tanto conexões quanto desconexões e reconexões adquiridas com divórcios, recasamentos, adoção, etc. Miriam Grossi (2003) também expressa uma posição crítica em relação ao abandono do termo parentesco, em favor do termo família, que teria ocorrido entre as décadas de 1980 e 1990 nos congressos de Ciências Sociais no Brasil.

nossas pesquisas de doutorado, entre fins da primeira década dos anos 2000 e início dos 2010 que o debate específico sobre a relacionalidade ganha corpo e passa a ser um referencial crucial para nossas pesquisas¹⁴.

Se a produção de gênero da década de 1980 buscava rever alguns tópicos fundamentais do parentesco como genealogia ou descendência, os trabalhos dos anos 2000, que têm sido nominados por vezes como novos estudos de parentesco¹⁵, se afastam ainda mais das abordagens formalistas para enfatizar emoções, práticas, cuidados, compartilhamento de substâncias.

Assim, depois da renovação teórica do campo de estudos de parentesco através da perspectiva de gênero, muitos antropólogos propuseram uma noção de parentesco menos associada à suposição dos laços biológicos ou à formalidade das classificações genealógicas e mais ligada às práticas cotidianas e aos aspectos emocionais do parentesco. Uma das proposições mais influentes neste sentido foi a da antropóloga Janet Carsten que, num artigo de 1995 publicado na *American Ethnologist*, recorre ao termo *relatedness*. O termo que tem sido traduzido como relacionalidade ou conectividade é retomado na coletânea que a autora organiza no ano 2000 sob o título *Cultures of relatedness* e que tem uma

14 Muitas teses e dissertações têm sido defendidas no Brasil tendo como inspiração teórica o conceito de relacionalidade. Entre muitos outros, ver Finamori (2012; 2018) sobre investigação de paternidade; Ferreira (2015), que analisa grupos de apoio à adoção; Sanjurjo (2013) enfocando familiares de desaparecidos políticos na ditadura argentina; Oliveira (2013) sobre família e orientação sexual; Fernandes (2017) que trata de maternidade e sexualidade em camadas populares; Sanctis (2018) sobre famílias em contextos de uso de crack; Pulhez (2015) sobre ativismo materno na internet. Em 2014, Janet Carsten esteve no Brasil para um evento promovido UFSCar. Dessa visita, resultaram a publicação da tradução de um artigo e uma entrevista com a autora no Dossiê Parentesco, publicado na R@u. Revista de Antropologia da UFSCar (2014).

15 Ver a este respeito o balanço que Igor Renó Machado (2013) faz sobre a obra de Schneider, em especial os dois últimos capítulos nos quais aborda a relação entre a crítica feminista na antropologia e a obra de Schneider e a influência deste autor nos novos estudos de parentesco. Sobre Schneider é ainda relevante apontar que uma de suas obras mais importantes *Parentesco Americano* apenas foi traduzida para o português em anos recentes (SCHNEIDER, 2016), tal fato é tributário, provavelmente, não apenas de questões mais amplas relativas ao mercado editorial, mas, em particular, do ressurgimento do interesse no tema.

proposta mais ambiciosa de revisão teórica do parentesco. A intenção com o termo, segundo ela, é suspender a definição *a priori* de parentesco para analisar o que é “ser parente” em diferentes contextos, independentemente de laços biológicos.

Janet Carsten (2004, p. 59), também rende homenagens a Schneider pelo impulso desnaturalizador, filiando-se neste sentido à linha dos estudos, que na década de 1980, retoma criticamente o parentesco pela via dos estudos de gênero. O pequeno livro *After Kinship*, publicado em 2004, torna-se, assim uma referência tanto pelo balanço que faz sobre a relação entre gênero e parentesco como também pela proposição de uma ideia mais relacional de parentesco. Ao enumerar o que os estudos de gênero fizeram pelo parentesco, ela aponta que a primeira contribuição teria sido uma releitura de questões clássicas de parentesco sob novos ângulos a partir da dimensão de gênero. O outro ponto foi a mudança de enfoque, que vai do funcionamento das instituições sociais para as construções simbólicas de pessoas e relações. E, por fim, uma questão que já estava fortemente presente nas discussões da década de 1980, e que continua a ser importante, é que gênero suscita questões sobre poder e controle social e os processos através dos quais cada controle é reproduzido.

Entre as intenções do termo, fundamental para as discussões que propomos aqui, está também a de suspender um conjunto particular de pressuposições sobre o que é englobado pelos termos social e biológico.

Uma característica marcante da perspectiva esboçada nesses novos estudos está a de ter retomado temáticas antropológicas clássicas via parentesco, tais como pessoa, casa, substância. Abordando família/parentesco centralmente como prática, tendem a se deslocar do direcionamento clássico da antropologia do parentesco dos aspectos formais e genealógicos para a prática cotidiana, entrelaçando aspectos íntimos e privados a contextos políticos mais amplos. De diferentes modos e a partir de campos de pesquisa variados, uma questão que tem sido central a esse debate contemporâneo sobre família/parentesco é a conjunção analítica entre as construções simbólicas das pessoas e relações,

os domínios da intimidade e da afetividade e os grandes contextos políticos, econômicos e sociais nos quais essas relações se desenvolvem.

A ideia de relacionalidade tem como um de seus atrativos justamente a suspensão entre natural/cultural posto nas relações de família/parentesco. Ao propor que apenas em contexto é possível analisar como os termos associados à natureza ou à cultura são efetivamente acionados e, por vezes, entrelaçados, suspende-se o velho dualismo natureza/cultura que tendia mais a nublar do que a iluminar as conexões que são estabelecidas na prática. Neste contexto, a dimensão do cuidado, ainda que não diretamente abordada por essa bibliografia, torna-se uma dimensão relevante para se pensar o parentesco não como dado, mas como algo feito através de práticas cotidianas que envolvem comensalidade, responsabilização e reciprocidades e que está diretamente relacionado a contextos econômicos, políticos e sociais.

O CUIDADO ENTRA EM CENA

Se na primeira década dos anos 2000, a retomada do parentesco via estudos de gênero estava muito presente, especialmente no campo antropológico, o debate em torno do cuidado ou *care*, como comumente vem sendo chamado atualmente, não estava na mesma medida. É apenas na segunda década dos anos 2000 que, com o *boom* em torno da temática, a bibliografia sobre cuidado passa a ser apropriada de modo mais pungente no Brasil, por pesquisadoras/es que já se debruçavam sobre a relação entre gênero e família/parentesco.

É também o caso desta autora que se, até então, tinha na relação entre gênero e família/parentesco suas principais referências analíticas, a partir dos anos 2010 começa a, cada vez mais, adentrar e dialogar com a bibliografia sobre *care* (FINAMORI, 2015)¹⁶.

16 No caso de S. Finamori esta inserção nos debates sobre *care* é também largamente tributária do período em que foi pesquisadora pós-doc no Pagu/Unicamp e dos frutíferos diálogos estabelecidos tanto com sua supervisora, Guita Grin Debert, como também com seu grupo de orientandas/os.

Conforme bem explicitam Hirata e Guimarães (2012), o termo *care* em inglês é polissêmico e, por isso, de difícil tradução. Tendo em vista a amplitude de acepções do *care* enquanto prática e enquanto disposição moral, boa parte da produção que tem se remetido a este debate teórico tende a não traduzir o termo. Hirata e Guimarães apontam a este respeito:

Cuidado, solicitude, atenção ao outro, todas essas palavras ou expressões são traduções aproximadas do termo em inglês 'care'. [...] Cuidar o outro, estar atento a suas necessidades, todos esses diferentes significados, relacionados tanto à atitude quanto à ação, estão presentes na definição do 'care'. Este, ademais, pode ser considerado simultaneamente enquanto prática e enquanto atitude, ou disposição moral (HIRATA; GUIMARÃES, 2012, p. 1).

Guimarães, Hirata e Sugita esquadriham, com muita propriedade, os sentidos da palavra cuidado em português:

No Brasil e nos países de língua espanhola, a palavra "cuidado" é usada para designar a atitude; mas é o verbo "cuidar", designando a ação, que parece traduzir melhor a palavra *care*. Assim, se é certo que "cuidado", ou "atividade do cuidado", ou mesmo "ocupações relacionadas ao cuidado", como substantivos, foram introduzidos mais recentemente na língua corrente, as noções de "cuidar" ou de "tomar conta" têm vários significados, sendo expressões de uso cotidiano. Elas designam, no Brasil, um espectro de ações plenas de significado nativo, longa e amplamente difundidas, muito embora difusas no seu significado prático. O "cuidar da casa" (ou "tomar conta da casa"), assim como o "cuidar das crianças" (ou "tomar conta das crianças") ou até mesmo o "cuidar do marido", ou "dos pais", têm sido tarefas exercidas por agentes subalternos e femininos, os quais (talvez por isso mesmo) no léxico brasileiro têm estado associados com a submissão, seja dos escravos (inicialmente), seja das mulheres, brancas ou negras (posteriormente). (GUIMARÃES; HIRATA; SUGITA, 2011, p. 154).

No contexto específico do debate sobre a relação entre parentesco e memória, Michael Lambek (2007) também se vale das múltiplas conotações da palavra *care* como algo que capturaria, a um só tempo, as múltiplas dimensões semântica, experiencial e prática nas quais parentesco e memória estão mutuamente implicados. “*To remember is to care*”, afirma Lambek (2007, p. 220). Lembrar é cuidar, envolvendo as múltiplas composições do termo *care* em inglês: cuidar de algo ou alguém, preocupar-se com, ser cuidadoso, ter cuidados, se importar, cuidar do que os outros dizem e fazem. Para Lambek (2007), o cuidado seria um modo de lembrar característico dos *ethos* e das práticas de parentesco, que inclui os ascendentes e mesmo os mortos.

O termo *care* envolve não só uma variedade de significados, mas também de atividades e de posições relacionais entre quem realiza e quem recebe cuidados, em termos de gênero, classe, geração, parentesco, sendo, desse modo, uma categoria epistêmica prolífica para se analisar uma variedade de contextos entrelaçados.

Guimarães, Hirata e Sugita (2011) assinalam que as teorias e debates em torno do *care* surgiram ainda no início da década de 1980, nos EUA. No Japão, o segmento médico foi importante, nos anos de 1990, para popularizar o debate sobre o cuidado que chegou rapidamente às ciências sociais. Já na França, os debates teóricos foram inaugurados em meados dos anos 2000. Na época da publicação, as autoras destacavam que, no Brasil, o destaque para o cuidado teria sido dado no campo da saúde e dos cuidados familiares, com pouca produção nas ciências sociais.

Na segunda década dos anos 2000, no entanto, a discussão sobre *care* começa a ganhar corpo no Brasil em variados campos disciplinares. Nas ciências sociais de modo pungente (em suas várias disciplinas e numa ampla diversidade de campos temáticos), mas também na filosofia, serviço social, educação e em áreas da saúde. Os debates teóricos em torno do *care* aportam, assim, nos últimos anos, nas discussões de grupos de trabalho de seminários e congressos¹⁷, publicação de uma série de coletâneas e

17 Tendo como fonte os anais dos mais importantes congressos das ciências sociais brasileiros ou realizados no Brasil, verificamos que, entre os anos de 2014 a

dossiês¹⁸, passando a fazer parte mais centralmente dos debates e das produções de grupos de pesquisa que tinham, até então, gênero como questão central¹⁹.

Como bem salienta Anna Bárbara Araújo (neste dossiê), o crescimento da produção acadêmica sobre *care*, nos últimos anos, é tributário de múltiplos fatores, entre os quais o aumento da expectativa de vida e suas consequências para o sistema de proteção social, a estabilização da mulher no mercado de trabalho, a privatização de serviços de saúde, as políticas sociais que transferem para as famílias a solução de problemas sociais e a imigração internacional em direção ao Norte Global para

2018, houve uma profusão de trabalhos voltados à temática do cuidado. Em 2014, foi realizado o Seminário Internacional “Trabalho, cuidado e políticas sociais: Brasil-França em debate” realizado entre São Paulo e Rio de Janeiro, reunindo um grupo importante de pesquisadoras/es das Ciências Sociais. No “Seminário Internacional Repensando Gênero e Feminismos”, realizado na Unicamp, em 2014, por ocasião dos vinte anos do Pagu, uma das mesas teve por temática “Gênero e Cuidado”. Na XI Reunião de Antropologia do Mercosul-RAM realizada em 2017, no Uruguai, um Grupo de Trabalho agregou trabalhos sobre cuidado. No Fazendo Gênero 11, realizado em 2017, o tema foi abordado em duas mesas redondas e três Simpósios Temáticos. No ano de 2018, foi realizado, na USP, o Workshop Internacional “Trabalho, cuidado e políticas públicas: um olhar sobre a América Latina”, organizado por Nadya Guimarães e Helena Hirata. Durante a 42ª reunião da ANPOCS, em 2018, o GT13 Gênero, trabalho e família, recebeu trabalhos que discutiram a questão do cuidado. No 18h - IUAES, realizado em 2018, em Florianópolis, dois painéis, um voltado a discutir interseccionalidades e outro gênero e sexualidade, reuniram grupos de trabalhos que acolheram propostas que discutiram cuidado.

- 18 Em 2012, a obra *Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*, organizada por Helena Hirata e Nadya Guimarães, reuniu traduções de textos internacionais referenciais e resultados de pesquisas nacionais sobre o tema; Na Revista Brasileira de Ciência Política, o dossiê de número 18, teve por temática *Cuidado e Responsabilidade* (2015). A coletânea dos Cadernos Pagu, *Gênero e Cuidado*, organizada por Helena Hirata e Guita Grin Debert faz movimento similar (2016). Nos textos didáticos IFCH/Unicamp, *Desafios do Cuidado: gênero, velhice e deficiência*, Guita Debert e Mariana Marques Pulhez também reuniram traduções de textos referenciais e de pesquisas nacionais (2017).
- 19 Por exemplo, o Grupo de Estudos Feminismo e Relações de Gênero (FAFICH/UFMG), que agrega pesquisadoras/es dos campos das ciências sociais e da saúde, coordenado por Erica Renata de Souza e Yumi Garcia dos Santos, teve como temática de seus encontros em 2017 os debates em torno do *care*. No Pagu, a questão também permeou encontros realizados em 2018, como o workshop “Violência, cuidado e gênero: experiências femininas em territórios militarizados”.

trabalhos do *care*. A partir dos anos 2000, conjugando-se a este contexto mais amplo, o cuidado passa a ser articulado como questão, a um só tempo, social, política e teórica.

Entre as temáticas mais abordadas nas recentes pesquisas desenvolvidas no contexto brasileiro no campo das ciências sociais sobre *care* está fundamentalmente a do trabalho do *care*, focando-se nas dimensões das desigualdades sociais e/ou raciais (SORJ, 2013; GEORGES, 2015; GARCIA DOS SANTOS, 2014; HIRATA, 2014); na questão do envelhecimento populacional e cuidado de idosos em contextos institucionais ou familiares (DEBERT, 2012; PEIXOTO, 2011) e na formalização do trabalho de cuidados (GEORGES, 2015; DEBERT; OLIVEIRA, 2015).

Neste contexto, a perspectiva de gênero tem sido fundamental para se problematizar o trabalho do *care* bem como a frequente associação do cuidado como um domínio intrinsecamente feminino. Mas se a perspectiva de gênero é fundamental para se pensar a conjunção entre cuidado e família, levar em conta a dimensão geracional é também crucial. Tão frequente quanto a associação entre cuidado e feminilidade, está a ideia de que as crianças precisam ser cuidadas pelos adultos bem como os mais velhos devem ser cuidados pelos mais novos, numa reciprocidade de obrigações (FINAMORI, 2015). A noção de cuidado é assim mobilizada em contextos familiares tanto quanto em debates políticos e jurídicos que estabelecem os direitos e os deveres intergeracionais. Com efeito, as noções de cuidado e família se encontram, do ponto de vista empírico, intrinsecamente ligadas nos permitindo pensar numa multiplicidade de relações concretas nas quais podem ser diferentemente articuladas, envolvendo conjuntamente noções como consanguinidade, responsabilidade, abandono, amor. Sendo assim, no próximo tópico, propomos levantar algumas questões sobre a correlação entre gênero, cuidado e família a partir da questão de como o recente debate sobre o *care* pode se coadunar com os debates sobre gênero e família/parentesco.

FAMÍLIA E CUIDADO: UM DIÁLOGO PROMISSOR NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Se os debates em torno de família/parentesco estão, nas ciências sociais, há pelo menos três décadas, intrinsecamente ligados aos debates sobre gênero e à vigorosa influência da crítica feminista, o debate em torno do *care* é, até hoje, pouco sistematizado nessa correlação.

Na antropologia, em particular, a relação *nature x nurture* (natureza x criação) tem sido fundamental, mas, raras vezes, cuidado aparece como categoria analítica central, embora perpassasse boa parte da discussão recente sobre o parentesco como relacionalidade. Uma das poucas coletâneas recentes a colocar a dimensão do cuidado como central na análise é a de Alber e Drotbohm (2015), que reúne artigos antropológicos sobre cuidado a partir de três eixos: trabalho, parentesco e curso de vida. Na introdução, elas enfatizam o entendimento posto pelos novos estudos de parentesco, de que o cuidado seria um tipo de atividade que presumiria, produziria ou confirmaria laços de parentesco ou relacionalidade, uma perspectiva presente sobretudo em trabalhos inspirados por Carsten (2000, 2004). Nesta perspectiva, haveria, segundo elas (DROTBOHM; ALBER, 2015, p. 7), duas formas de se ligar cuidado e parentesco, sendo elas: o cuidado como algo que confirma o parentesco já estabelecido e o cuidado como uma forma alternativa para se criar laços de parentesco.

O exemplo que elas fornecem da primeira perspectiva – o cuidado como uma prática que complementa ou confirma o parentesco jurídico ou biológico – e que é também problematizado nesta coletânea através da pesquisa etnográfica de Helena Fietz e na de Diego Alano de Jesus Pereira Pinheiro, diz respeito a circunstâncias nas quais os pais atuam como cuidadores de seus filhos. Ao cuidar de seus filhos, tais pais correspondem a uma visão normativa de parentalidade que reforça e confirma esse laço.

Trata-se, nestes casos, não só da positividade moral depositada na ideia do cuidado, mas justamente das complexidades subjacentes às visões normativas sobre a relação entre cuidado e parentesco. Em outras ocasiões, S. Finamori (2013, 2018)²⁰ discutiu essa questão a partir da

20 A partir das narrativas de vida de filhos adultos em busca do reconhecimento

narrativa de vida de filhos adultos sobre suas histórias de reconhecimento legal de paternidade. Ainda que os filhos, entrevistados por Finamori, tenham contado com outras figuras cuidadoras ao longo da vida, como avós ou tias, expressavam enorme sofrimento em relação à rejeição paterna. Tal rejeição estava indelevelmente marcada pelo fato de seus “pais biológicos” não corresponderem às funções esperadas de um pai. No fim do século XX, o teste de DNA passa a fazer parte desta complexa trama, já que o parentesco consanguíneo, confirmado pela técnica de verificação de paternidade, institui não só direitos e obrigações legais, mas gera também a expectativa de uma relação de cuidados. Na prática, contudo, nem sempre a comprovação de um vínculo se traduz na almejada relação de cuidados. Nas narrativas dos filhos, o sofrimento pela rejeição foi narrativamente expresso quando contavam sobre momentos em que o discurso ou a ação do pai pareciam não corresponder ao conteúdo substantivo do que deveria ser uma relação parental. Se o cuidado confirma o parentesco estabelecido biológica ou juridicamente, sua ausência coloca também em questão o futuro da relação.

É fundamental lembrar, ainda, que a própria noção de cuidado paterno não é um dado, mas uma questão que precisa ser problematizada e historicizada. Com base na pesquisa feita anteriormente, S. Finamori (2012, 2018) sugere que os sentidos do reconhecimento de paternidade se alteraram ao longo do século XX nas leis e nos processos jurídicos, deixando de se restringir às dimensões da transmissão do nome e do patrimônio para uma dimensão dos afetos e da convivência. Longe, contudo, de a noção de cuidado se restringir a um conteúdo subjetivo, ela é, frequentemente, quantificável e descritível por ações concretas, como um plano de saúde ou a presença paterna em uma festa escolar,

legal do pai biológico, a pesquisa de doutorado de S. Finamori (2012, 2018) analisou como os sentidos da paternidade são constituídos, significados ou ressignificados nessas experiências, questionando ao mesmo tempo como paternidade, filiação e conjugalidade se constituem mutuamente como categorias e práticas sociais a partir das alterações nas leis e nas técnicas de investigação de paternidade ao longo do século XX. Os campos e fontes da pesquisa foram: narrativas de vida, textos médicos e jurídicos, debates legislativos, processos de investigação de paternidade e jornais.

por exemplo. Esse debate em torno do cuidado tem sido relevante não apenas em processos de reconhecimento de paternidade, mas também, no âmbito jurídico, em casos de indenização material por abandono afetivo e em processos de alimentos movidos por pais idosos em relação a filhos adultos (FINAMORI, 2016). Nestes casos, a reciprocidade de direitos e deveres entre parentes são articuladas acionando tanto elementos que remetem-se aos aspectos naturalizados do parentesco, como a prova de um vínculo genético, como também aos aspectos relacionais, traduzidos, com frequência, por práticas de cuidado consideradas mensuráveis, como a presença, a comparação com outros filhos e os provimentos financeiros de variadas ordens. Ao se estipular, no âmbito jurídico, uma indenização por abandono afetivo ou o valor da pensão que pais idosos devem receber de seus filhos, não é incomum que as relações de cuidado do passado sejam acionadas como balizadores centrais para este cálculo (FINAMORI, 2016).

A relação entre cuidado e família tem sido também abordada na bibliografia sobre *care* baseada em pesquisas realizadas em contextos de migração transnacional. Rhacel Parreñas (2001, 2005), ao abordar mães filipinas que migram, mostra o quanto o período de separação entre mães e filhos tende a promover um aprofundamento do fosso entre as normas idealizadas sobre a relação maternal e suas práticas concretas. Essa relação efetivada na prática é sempre vista como inferior ao ideal normativo. Tal dinâmica tende a reforçar relações de gênero tradicionais, fazendo com que muitos filhos enfatizem mais a noção de abandono materno do que os ganhos materiais advindos da migração da mãe. De modo similar, Arlie Hochschild (2003) também problematiza a relação entre cuidado, família e gênero, a partir da noção de *global care chains* (cadeias globais de cuidado), que diz respeito a uma série de ligações entre pessoas ao redor do globo baseadas em trabalho de cuidado pago e não-pago. A autora analisa, assim, as desigualdades sociais e raciais que marcam a relação entre mães e filhos, quando estas mulheres migram para trabalhar em trabalhos domésticos e de cuidado deixando seus filhos aos cuidados de outras mulheres.

O sofrimento evocado na relação mãe-filho no caso das mulheres que migram para o Norte Global para trabalhar em funções do *care* (PARREÑAS, 2001, 2005; HOSCHILD, 2003) tanto quanto o sofrimento dos filhos sem reconhecimento legal de paternidade (FINAMORI, 2013, 2015, 2018) ou as acusações sofridas pelas mães que reivindicam moradia assistia para seus filhos com deficiências cognitivas (FIETZ, neste volume) acionam os modelos mais conservadores de família e de gênero nos quais que a relação cuidado/parentesco não só confirma o parentesco genealógico/biológico, mas, no limite, pode reinstaurar sofrimentos sociais entre aqueles que não correspondem, por diferentes motivos, a esse ideal normativo.

Drotbohm e Alber (2015) apontam, ainda, que a segunda forma pela qual os estudos de parentesco têm abordado o cuidado é como algo que não apenas complementa ou confirma laços biológicos, mas como algo que fornece uma forma alternativa para se criar laços de parentesco, uma questão discutida com particular ênfase nos estudos sobre adoção.

Inspirado pelas reflexões pioneiras sobre adoção de crianças de Claudia Fonseca (1995), a tese de doutorado de Flávio Ferreira (2015) sobre grupos de apoio à adoção de crianças nos permite pensar o cuidado enquanto uma prática que complementa ou confirma o vínculo de parentesco criado juridicamente. Fonseca (1995, p. 14) define circulação de crianças como “sendo o grande número de crianças que passa parte da infância ou juventude em casas que não a de seus genitores”.

Ferreira (2015) demonstrou a existência de um alargado campo de construção de família que funciona através do dispositivo da adoção de crianças, e inclui o cuidado (MOLINIER, 2012; DEBERT; PULHEZ, 2017), como importante componente de constituição de vínculos/laços de parentesco. As práticas de cuidado ainda amparam dispositivos acionados juridicamente para se defender o princípio do *melhor interesse da criança* (FERREIRA, 2015). Sua tese ainda revelou que o campo jurídico da adoção de crianças no Brasil tem sido historicamente tensionado pela relação entre práticas consideradas ilegais e os normativos consagrados como estando dentro da legalidade.

Com efeito, no contexto etnográfico pesquisado, os grupos de apoio à adoção se inscrevem no âmbito do discurso público e da prática diária como defensores de uma filiação adotiva que reivindica um vínculo tomado como legítimo e fundante deste tipo de família. Entre outras categorias analisadas, Ferreira (2014; 2015) analisa os conceitos de “Atitude Adotiva e Nova Cultura da Adoção”, cunhados por lideranças dos grupos de apoio. As categorias se mostraram fundamentais para pensar, por exemplo, como a noção de “sangue” é resignificada através da adoção. De modo bastante central, os grupos de apoio também utilizam a linguagem do cuidado, ou seja, “família é quem cuida”. Nesse sentido, conseguimos visualizar como os discursos sobre a família adotiva, baseados na constituição de vínculos socioafetivos, são utilizados politicamente. Desse modo, percebemos que a categoria “filiação socioafetiva” apoia-se em pressupostos teóricos cunhados pela antropóloga Janet Carsten (2001), onde a relação de filiação é criada e consolidada na vida diária. Afeto, tomado enquanto vínculo e sentimento, constitui-se como elemento fundamental na construção de laços de parentesco, demonstrando que a adoção cria relações através da esfera jurídico-legal e não pelo sangue. Assim, o laço de filiação é construído socialmente e legitimado pelo direito.

As experiências de cuidado são compartilhadas pelos participantes dos Grupos de Apoio à Adoção e consideradas relevantes para a criação do vínculo afetivo. Um ex-presidente da ANGAAD explica que “Nosso cuidado, exercido no dia a dia, é que nos legitima como pais”. Assim, os grupos fazem amplamente uso de uma linguagem do cuidado. Viviana Zelizer (2011) destaca a multiplicidade das relações de cuidado, que seriam aquelas que não terminam em determinadas atividades envolvidas com o manto do doméstico. Nelas, o vínculo familiar não é facilmente circunscrito e nem claramente delimitado. Para Zelizer (2011, p. 22) intimidade é uma noção ampla e relacional que depende de conhecimentos recebidos e atenção dispensada, ou seja, atitudes centrais para o cuidado.

Durante a pesquisa de campo, verificamos que os participantes dos Grupos de Apoio à Adoção diretores e representantes que são pais adotivos faziam questão de repetir uma pergunta para todos durante suas reuniões abertas: o que significa uma família adotiva? Duas palavras eram unânimes: “amor” e “cuidado”. Todos prontamente se reportavam primeiramente ao laço afetivo e, logo em seguida, a uma das expressões do amor, que seria o cuidar. A afirmação da família adotiva baseada no laço socioafetivo e na força da noção de cuidado contribuiu ainda mais para consolidar o entendimento da adoção de crianças enquanto um tema a ser abordado no âmbito da esfera política.

Esse amor, vivenciado pela família adotiva, acompanha uma necessidade intrínseca de tratar bem a criança, de se responsabilizar por ela, ou seja, de cuidar. A ideia de que o “amor é proporcional às fraldas trocadas” se aplica perfeitamente a uma relação intercambiável que se estabelece entre afeto e cuidado. O depoimento de um pai adotivo que participa de Grupo de Apoio é ilustrativo dessa relação: “Nascia ali uma geração espontânea de pai, sem sêmen, sem cadeia genética. Apenas uma vontade inexplicável de cuidado e um vínculo fortalecido todos os dias pelo afeto”. O trecho se refere ao momento posterior à concretização da adoção e indica o sentido de cuidado que foi construído pela família adotiva. Além da convivência, existe outro elemento importante que precisa ser levado em consideração. Assim, o cuidado em relação à criança no âmbito da esfera íntima da família adotiva (ZELIZER, 2011) possui um papel crucial na construção de vínculos afetivos, os quais por sua vez se situam na ampla noção de *relatedness* (CARSTEN, 2004).

Para Drotbohm e Alber (2015, p. 7), os dois modos pelos quais a antropologia do parentesco aborda o cuidado – como algo que confirma o parentesco consanguíneo ou como uma forma alternativa de fazer parentesco – provam que o cuidado é um tipo particular de ação social performada entre pessoas que se entendem como pertencentes umas às outras através do parentesco e que performam este pertencimento através do cuidado.

Ao discutir o cuidado como trabalho e o cuidado como parentesco, Drotbohm e Alber (2015, p. 10) destacam, ainda, o potencial em se fundir esses dois campos de estudos, que foram, até então, mantidos em separado. Na visão delas, as discussões sobre o trabalho do *care* nas ciências sociais têm subestimado os aspectos da relacionalidade do parentesco e os limites do conceito de trabalho, do mesmo modo, também os estudos de parentesco têm subestimado a dimensão do trabalho na correlação com o parentesco. A consequência disso seria o pouco questionamento sobre de que formas a profissionalização e a comercialização do trabalho mudam os significados e as atividades que anteriormente ocorriam dentro do domínio do parentesco.

Concordando com essa discussão, argumentamos neste dossiê que é central correlacionarmos cuidado não só a gênero, mas também a família e parentesco. Longe de família/parentesco serem domínios do privado, são, como as feministas já defendem há décadas, parte de contextos políticos maiores.

As complexas relações estabelecidas, no âmbito doméstico, entre cuidado e família/parentesco envolvem não só persistentes desigualdades de gênero, como também intrincadas relações raciais e sociais. No caso brasileiro, em particular, os limites tênues historicamente estabelecidos entre o trabalho doméstico de limpeza e o trabalho de cuidado têm sido, no entanto, tensionados com a regulamentação da profissão de cuidador de idosos e a regulamentação do trabalho doméstico (OLIVEIRA, 2015). A correlação entre família, mercado e Estado ganha, assim, novamente a cena.

Como argumenta Anna Bárbara Araújo (neste dossiê), a partir de pesquisa com cuidadoras de idosos, há uma oposição de posturas neste campo profissional entre aquelas trabalhadoras que aderem a uma narrativa sobre “trabalhar com o coração”, enaltecendo as imagens do amor e do sacrifício e as que assumem uma postura descrita como “profissional”, buscando se distanciar da intimidade das famílias dos idosos. Enquanto as primeiras, estariam mais afeitas a atender a pedidos que fugiriam de suas atribuições profissionais, as segundas

desenvolveriam maiores possibilidade de questionar a ordem das relações de poder. De modo similar, Amanda Marques de Oliveira (2015), numa pesquisa sobre os cursos de formação de cuidadores de idosos, aponta a existência de um duplo discurso neste campo: de um lado, a dimensão do dom, constantemente mobilizada evocando uma vocação inata, ligada à feminilidade e às noções de amor e afeto; de outro lado, um discurso ligado à profissionalização que funda-se sobre os direitos formais da trabalhadora e sobre noções de trabalho, especialização, capacitação, buscando uma clara separação entre a figura do cuidador e as relações familiares da pessoa que recebe cuidados.

Essa tensão entre “trabalhar com o coração” e ser “profissional” ou entre “dom” e “profissão” é crucial para avaliar criticamente os trabalhos ligados ao cuidado não só pela via do trabalho como também da família/parentesco.

Neste contexto, parece cada vez mais central questionar como a noção de cuidado tem sido reconfigurada entrelaçando as obrigações de cuidado associadas às noções de família/parentesco e o cuidado como trabalho e, em que medida, noções de gênero, raça, classe, geração são articuladas em cada contexto particular.

Os artigos reunidos neste dossiê empreendem essa tarefa a partir de uma variedade de campos e perspectivas, tecendo reflexões a partir de balanços teóricos tanto quanto pesquisas de campo.

Anna Bárbara Araujo realiza um perspicaz e provocativo balanço a respeito dos usos, em pesquisas empíricas, do referencial feminista da ética do cuidado, problematizando a dimensão das desigualdades sociais, frequentemente, nubladas nos acionamentos feitos a partir destas perspectivas.

Fabiana Sanches Grecco lança luz sobre os trabalhos domésticos e de cuidados no atual contexto de divisão sexual e internacional do trabalho a partir do desenvolvimento feminista da Teoria da Reprodução Social. Baseada em revisão bibliográfica sobre a mercantilização do trabalho de cuidados, Grecco discute a crise do cuidado e a formação de

cadeias globais de cuidado, argumentando que essa problemática coloca novas questões para a teoria social.

Helena Fietz, a partir de um trabalho etnográfico, traz uma original e instigante reflexão sobre as moradias assistidas para adultos com deficiências cognitivas. A partir das controvérsias e acusações morais que perpassam seu campo, Helena aborda a experiência das mães enquanto cuidadoras.

Diego Alano de Jesus Pereira Pinheiro tece uma análise sobre as representações em torno da experiência de maternidade no contexto particular do aumento de nascimentos de bebês diagnosticados com microcefalia. A partir de um trabalho etnográfico desenvolvido em Pernambuco, o antropólogo toma como lócus de investigação um movimento social organizado por mães que constituiu uma rede de apoio mútuo para reivindicar direito à assistência aos seus filhos perante o Estado.

Marcio Ferreira de Souza e Silvana Mariano abordam, a partir de entrevistas estruturadas e grupos focais, as percepções e práticas de gênero de mulheres titulares do Programa Bolsa Família nos municípios de Curitiba (PR) e Fortaleza (CE). Levando em conta as dimensões de gênero e geração, analisam as práticas de cuidado exercidas por essas mulheres em suas redes familiares.

Gabriela Nelba Guerrero realiza uma análise original e detalhada sobre os efeitos de uma política pública argentina voltada às mulheres em situação de vulnerabilidade, pensando o trabalho do cuidado como agenda principal norteadora deste programa.

Por fim, Guita Grin Debert e Dominique Momma trazem suas reflexões sobre família, cuidado e gênero a partir do recente debate jurídico em torno da responsabilidade legal de avós em relação à pensão alimentícia de seus netos.

REFERÊNCIAS

ALBER & DROTBOHN (Eds). *Anthropological Perspectives on Care: Work, Kinship, and the Life-Course*. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

ALMEIDA, Heloísa Buarque de. “*Muitas mais coisas*”: telenovela, consumo e gênero. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Unicamp, Campinas, 2001.

ALMEIDA, Heloísa Buarque de. *Telenovela, consumo e gênero: “muitas mais coisas”*, Bauru: EDUSC, 2003.

CARSTEN, J. (ed). The Substance of Kinship and the Heat of the Hearth: Feeding, Personhood and Relatedness among Malays of Pulau Langkawi. *American Ethnologist*, v. 22, n. 2, p. 223-41, 1995.

CARSTEN, J. (ed). *Cultures of relatedness*. New Approaches to the study of kinship. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2000.

CARSTEN, J. (ed). *After kinship*. New York/London: Cambridge University Press, 2004.

CARSTEN, J. (ed). A matéria do parentesco. Tradução de Vitor Hugo Kebbe. *R@u Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 6, n. 2, p. 103-118, jul./dez. 2014.

COLLIER, J.; YANAGISAKO, S. Introduction. *Gender and Kinship: Essays toward a Unified Analysis*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

CORRÊA, M.; SOUZA, E. R. (org.). *Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”*. Campinas: Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero/Universidade Estadual de Campinas, 2006.

COSTA, Rosely Gomes. *Concepção de filhos, concepções de pai: algumas reflexões sobre reprodução e gênero*. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2001.

DEBERT, Guita Grin. Imigrantes, Estado e família: o cuidado do idoso e suas vicissitudes. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo. (org.). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, M. F.; BERALDO DE OLIVEIRA, M. (org.). *Gênero, família e gerações: juizado Especial criminal e tribunal do Júri*. Campinas: Pagu/ Núcleo de Estudos de Gênero - Unicamp, 2008.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Amanda Marques de. A profissionalização da atividade de cuidar de idosos no Brasil. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 18, p. 7-4, Dec. 2015.

DEBERT, Guita Grin; PULHEZ, Mariana Marques. Desafios do cuidado: Apresentação. In: DEBERT, Guita Grin; PULHEZ, Mariana Marques. (org.). *Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência*. Campinas, IFCH/UNICAMP, 2017. Textos Didáticos, n. 66.

DROTBOHM, H.; ALBER, E. Introduction. In: E. Alber & H. Drotbohm (ed.). *Anthropological perspectives on care: work, kinship, and the life-course*. New York: Palgrave Macmillan, 2015. p. 1-20.

FERNANDES, Camila. *Figuras da causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado*. 2017. Tese (Doutorado) - PPGAS/MN/UFRJ, 2017.

FERREIRA, Flávio Rodrigo Freire. *A cidade em Festa: Nossa Senhora do Ó contando a sua história*. 1. ed. São Paulo: Clube de Autores, 2011. v. 1. 120p.

FERREIRA, Flávio Rodrigo Freire. O preço da criança e a nova cultura da adoção: do cenário político-legal às práticas de adoção em Natal/RN. *Estudos de Sociologia*, v. 19, p. 61-80, 2014.

FERREIRA, Flávio Rodrigo Freire. *Adoção em movimento: grupos de apoio, famílias adotivas e campo (I)legal*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - IFCH/Unicamp, São Paulo, 2015.

FERREIRA, Flávio Rodrigo Freire. Os Forrós da Serra da Gameleira (São Tomé/RN): sociabilidade, festa e etnicidade. In: SCHWADE, Elisete; PEREIRA, Edmundo. (org.). *Entre Interiores e Capitais: antropologia, formação e pesquisa no Rio Grande do Norte*. São Paulo: Anna Blume, 2016. v. 1, p. 45-72.

FINAMORI, Sabrina. *Os sentidos da paternidade: dos “pais desconhecidos” ao exame de DNA*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - IFCH/Unicamp, Campinas, 2012.

FINAMORI, Sabrina. Família e cuidado em narrativas de vida marcadas pela ausência paterna. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 14, n.27, p. 87 - 115, jul./dez. 2013.

FINAMORI, Sabrina. Cuidado e consanguinidade na atribuição de responsabilidades intergeracionais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 18, p. 243-263, Dec. 2015.

FINAMORI, Sabrina. Pais, mães e filhos: reconhecimento de filiação, obrigações, direitos e afetos. *Relatório Final de Pesquisa de pós-doc*. Campinas: Pagu/Unicamp. (FAPESP, processo 2012/51741-8), 2016.

FINAMORI, Sabrina. *Os sentidos da paternidade: dos “pais desconhecidos” ao exame de DNA*. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2018.

- FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo, Cortez, 1995.
- FONSECA, Claudia. De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a ‘transpolinização’ entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia”. *Ilha*, v. 5, n. 2, p.5-32, 2003.
- FONSECA, Claudia. Transnational Influences in the Social Production of Adoptable Children: The Case of Brazil. *International Journal of Sociology and Social Policy*, v. 26, n. 1-2, p. 154-171, 2006.
- FONSECA, Claudia. Apresentação - de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, p. 9-35, Dec. 2007.
- FRANKLIN, S. ‘From Blood to Genes? Rethinking Cosanguinity in the Context of Geneticization’. In: JOHNSON, C H; JUSSEN, B.; SABEAN, D. W.; TEUSCHER, S. (ed.). *Blood and Kinship: matter for metaphor from Ancient Rome to the Present*, New York and Oxford: Berghahn, 2013. p. 285-320.
- GARCIA DOS SANTOS, Yumi. Olhares cruzados: Relações de cuidado, classe e gênero. *Tempo Social, USP*, v. 26, p. 47-60, 2014.
- GEORGES, I. P. H. O outro lado da formalização do trabalho do care no Brasil. *Percursos*, Florianópolis, v. 16, p. 169-187, 2015.
- GROSSI, Miriam. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 261-280, 2003.
- GROSSI, Miriam; SCHWADE, E. (org.). *Política e cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade*. Blumenau: Nova Letra, 2006.
- GUIMARAES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko; SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho do care no Brasil, França e Japão. *Sociol. Antropol.*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 151-180, June 2011.
- HEILBORN, M. L.; DUARTE, L. F. D.; PEIXOTO, C.; LINS DE BARROS, M. *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. *Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Editora Atlas, 2012.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.
- HIRATA, Helena; DEBERT, Guita Grin. Apresentação do Dossiê Gênero e Cuidado. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 46, p.7-15, 2016.

HOCHSCHILD, Arlie R. "Love and Gold." ed. Ehrenreich, Barbara, and Arlie R. Hochschild. *Global Woman: Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy*. New York: Metropolitan Books, 2003.

LAMBEK, Michael. The cares of Alice Alder: recuperating kinship and history in Switzerland. In: CARSTEN, Janet (org.). *Ghosts of memory: essays on remembrance and relatedness*. Malden: Blackwell, 2007.

LEACH, Edmund. Nascimento virgem [1966]. In: DA MATTA, R. *Edmund Leach*. São Paulo, Ed. Ática, 1983.

LALLEMAND, Suzanne. *La circulation des enfants en société traditionnelle. Prêt, don, échange*. Paris: Harmattan, 1993.

LUNA, Naara. *Provetas e Clones: teorias da concepção, pessoa e parentesco nas novas tecnologias reprodutivas*, Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

MACCORMACK, Carolyn; STRATHERN, Marilyn (ed.). *Nature, culture and gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

MACHADO, I. J. R.; MARQUES, A. C. D. R. Entrevista com Janet Carsten. *R@U: Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCAR*, v. 6, p. 147-159, 2016.

MACHADO, Igor José. *A antropologia de Schneider: pequena introdução*. São Paulo, EdUFSCAR, 2013.

MOORE, Henrietta L. *Understanding sex and gender*. In: INGOLD, T. (org.) *Companion Encyclopedia of Anthropology*, Londres: Routledge, 1997. p. 813-830.

NEEDHAM, Rodney. Remarks on the Analysis of Kinship and Marriage. In: NEEDHAM, Rodney (ed.). *Rethinking Kinship and Marriage*. London: Tavistock, 1971.

OLIVEIRA, Leandro. *Os sentidos da aceitação: família e orientação sexual no Brasil Contemporâneo*. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - PPGAS/MN/ UFRJ, 2013.

OLIVEIRA, Amanda Marques. *A invenção do cuidado: entre o dom e a profissão*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - IFCH, Campinas, 2015.

PARREÑAS, Rachel. Long distance intimacy: class, gender and intergenerational relations between mothers and children in Filipino transnational families. *Global Networks*, v. 5, n. 4, p. 317-336, 2005.

PARREÑAS, Rachel. Mothering from a distance: emotions, gender, and inter-generational. *Feminist Studies*, v. 27, Summer, 2001

PEIXOTO, Clarice. Sobre a institucionalização da velhice e as condições de asilamento. In: GOLDEMBERG, Mirian. (org.). *Corpo, velhice e Felicidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PISCITELLI, A. Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco. *Estudos feministas*, n. 2, p. 305-321, 1998.

PISCITELLI, A. *Jóias de família*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

PULHEZ, Mariana Marques. *Mulheres mamíferas: práticas da maternidade ativa*. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Unicamp, Campinas, 2015.

RAMIREZ-GALVEZ, Martha. *Novas tecnologias reprodutivas concepcionais: fabricando a vida, fabricando o futuro*. 2003. Doutorado (Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Unicamp, 2003.

SAHLINS, M. *What kinship is... and is not*. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

SANCTIS, Raíza. *Crack, dor e família: emoções e circulação de objetos entre usuários de crack*. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Unicamp, Campinas, 2018.

SANJURJO, Liliana Lopes. *Sangue, identidade e verdade: memórias sobre o passado ditatorial na Argentina*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Campinas: Unicamp, 2013.

SCHNEIDER, David. *American Kinship*. Chicago: University of Chicago Press. 1980 [1968].

SCHNEIDER, David. *A critique of the study of kinship*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 1984.

SCHNEIDER, David. *Parentesco americano: uma exposição cultural*. Petrópolis: Vozes, 2016.

SORJ, Bila. Arenas do cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 149, p. 478-91, 2013.

SOUZA, Erica Renata. *Necessidade de filhos: maternidade, família e (homo)sexualidade*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Unicamp, Unicamp, 2005.

STRATHERN, Marilyn. No nature, no culture: the hagen case. In: MACCORMACK, C.; STRATHERN, M. (ed.). *Nature, Culture and Gender*. Cambridge University Press, 1980.

STRATHERN, Marilyn. Self-interest and the social good: some implications of Hagen gender imager. In: ORTNER, S.; WHITEHEAD, H. (ed.). *Sexual meanings: the*

cultural construction of gender and sexuality. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

STRATHERN, Marilyn. Producing difference: connections and disconnections in two new guinea highland kinship systems. In: COLLIER, J. F.; YANAGISAKO, S. J. (ed.). *Gender and Kinship: essays toward a unified analysis*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987, p. 271-300.

STRATHERN, Marilyn. *After nature*. English Kinship in the Late Twentieth Century. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

STRATHERN, Marilyn. *Kinship, law and the unexpected: relatives are always a surprise*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2005.

STRATHERN, Marilyn. *O Gênero da Dádiva*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006 [1988].

TSING, A.; YANAGISAKO, S. Feminism and kinship theory. *Current Anthropology*, v. 24, n. 4, p. 511-516, 1983.

THORNE, B. Feminism and the family: two decades of thought. In: THORNE, B. e YALOM, M. (org.). *Rethinking the family: Some feminist questions*. Boston, Northeastern University Press, 1992.

ZELIZER, Viviana A. *A negociação da intimidade*. Tradução de Daniela Barbosa Henriques. Petrópolis: Vozes, 2011.